

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: A CRISE DO TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL E DE CRISE PANDÊMICA NO BRASIL

TEORÍA DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL: LA CRISIS DEL TRABAJO DE REPRODUCCIÓN SOCIAL EN LA EDUCACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA CRISIS NEOLIBERAL Y PANDÉMICA EN BRASIL

SOCIAL REPRODUCTION THEORY: THE CRISIS OF SOCIAL REPRODUCTION WORK IN EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE NEOLIBERAL AND PANDEMIC CRISIS IN BRAZIL

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57000>

Danielle Sampaio Albuquerque¹

José Pereira de Sousa Sobrinho²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a Teoria da Reprodução Social, enquanto feminismo marxista que toma o trabalho de reprodução a base para entender contradições sociais com um corte de classe, gênero e raça sobre a ordem do capital. Partindo dessa concepção dialética trataremos de examinar a crise do trabalho de reprodução no contexto de avanço das políticas neoliberais e sobre os efeitos da pandemia do Covid-19 sobre a classe trabalhadora brasileira. Em particular, buscando examinar seus reflexos sobre as políticas educacionais, entendendo a educação como parte do trabalho de reprodução, portanto, tomando a crise da educação como parte da crise do trabalho da reprodução social.

Palavras-Chave: Crise do neoliberalismo. Educação. Teoria da Reprodução Social.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizarla Teoría de la Reproducción Social como un feminismo marxista que toma el trabajo de reproducción como base para comprender las contradicciones Sociales con un corte de clase, género y raza del orden del capital. A partir de esta concepción dialéctica, intentaremos examinar la crisis del trabajo reproductivo en el contexto del avance de las políticas neoliberales y de los efectos de la pandemia del Covid-19 sobre la clase trabajadora brasileña. En particular, intentaremos examinar sus efectos sobre las políticas educacionales, entendiendola educación como parte del trabajo de reproducción y, por lo tanto, tomando la crisis de la educación como parte de la crisis del trabajo de reproducción social.

Palabras clave: Crisis del neoliberalismo. Educación. Teoría de la Reproducción Social.

Abstract: The aim of this article is to analyze Social Reproduction Theory, as a Marxist feminism that takes the work of reproduction as the basis for understanding social contradictions with a class, gender and race slice of the capital order. Based on this dialectical conception, we will try to examine the crisis of the work of reproduction in the context of the advance of neoliberal policies and the effects of the Covid-19 pandemic on the Brazilian working class. In particular, we will try to examine its effects on educational policies, understanding education as part of the work of reproduction, and therefore taking the crisis of education as part of the crisis of the work of social reproduction.

Keywords: Crisis of neoliberalism. Education. Social Reproduction Theory.

Introdução

O presente texto é um acúmulo de debates entre as feministas marxistas que ressurge hoje como campo de convergência entre diferentes intelectuais e militantes que estão pesquisando essa imbricação teórica sobre o trabalho da reprodução social a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS) e o avanço do projeto neoliberal no Brasil, na sua especificidade no campo educacional.

Essa renovação histórica no campo do marxismo nos permite fazer uma conexão com a educação e como esta impacta a vida das mulheres trabalhadoras, compreendendo que as condições e transformações da reprodução social da força de trabalho são muito férteis para a produção e legitimação do capitalismo. Como elucida Thompson (2012, p. 279), “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma”. Sendo assim, a dinâmica do trabalho de reprodução social – tanto o trabalho pago como o não-pago – realizado por essas mulheres é parte do que constitui a sua existência sobre condições de classe, ou seja, a situação de classe em que vivem as mulheres trabalhadoras perpassa o trabalho de reprodução. Essa condição comum dessas mulheres pode ser parte do processo de tomada de consciência de suas condições de classe, ou seja, tornar-se ou se reconhecer como sujeitos coletivos de uma classe, como parte da classe trabalhadora.

Contudo, pretende-se aqui, apresentar ainda que de forma breve elementos conjunturais que circunscrevem a crise do trabalho reprodutivo no Brasil, buscando refletir sobre as condições de vida às quais as trabalhadoras da educação estão submetidas. No entanto, essa reflexão merece uma análise mais criteriosa diante a perplexidade do cenário de pandemia e de graves ataques à vida da classe trabalhadora, bem como o desmonte da educação no país. Portanto, parte-se dessa premissa para elencar as mediações, determinações e contradições sobre a desigualdade social vivida por uma diversidade de trabalhadoras e trabalhadores, no auge da doença de Covid-19, que não tiveram condições materiais de se proteger.

Teoria da Reprodução Social: Crise econômica brasileira e a crise do trabalho de reprodução social no neoliberalismo

Pensando na conjuntura política e social brasileira nas últimas décadas vemos uma reconfiguração da perspectiva unitária da reprodução social. A crise de superprodução do capital de 2008 avança aprofundando a exploração e expropriação da força de trabalho que se intensifica em escala global em conjunto com o avanço da extrema direita e de governos de base neofascistas³. “A precarização das relações de trabalho e o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores, conduzidas através da comodificação, financeirização e militarização das relações sociais, marcam a presente conjuntura” (Ruas, 2020, p. 405).

As feministas marxistas da Teoria da Reprodução Social (TRS), Bhattacharya, Vogel, Arruzza vão retomar o estudo sob a ótica da crítica da economia política marxiana, e acabam desenvolvendo uma análise a respeito das questões de gênero e classe pautando a dinâmica do trabalho de reprodução

social como parte do processo de exploração do capital sobre o trabalho. Contudo, a Teoria da Reprodução Social elabora sua análise da contradição entre capital e trabalho examinando a relação entre o circuito imediato de produção e reprodução de mais-valor e a dinâmica de reprodução da própria força de trabalho, como parte do trabalho social ocupado majoritariamente por mulheres que se ocupam tanto com o trabalho pago e não-pago, com as atividades de manutenção, criação e recriação da vida dos trabalhadores como parte do processo de reprodução do capital. Portanto, as teóricas da TRS apresentam uma importante elaboração no campo feminista, em particular no interior do marxismo, à medida que sua análise ao articular trabalho reprodutivo, classes sociais e reprodução do capital desvela os fundamentos das questões de gênero na sociabilidade capitalista.

Frente ao exposto, “O verdadeiro objetivo das lutas de reprodução social é estabelecer a primazia da produção de pessoas sobre a obtenção de lucro. Elas nunca foram apenas por pão. Por esse motivo, um feminismo para os 99% encarnam e encorajam *a luta por pão e rosas*” (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 110, grifos das autoras). Em outras palavras, compreender a Teoria da Reprodução Social hoje, o valor contido no contexto do trabalho, não é algo natural. O salário do trabalhador não é algo abstrato, não é um padrão universal. Entendendo que outras atividades produtivas, para além do trabalho produtivo em si são necessárias para a sua reprodução. Trata-se, portanto, de entender que a reprodução social se dá a partir da história, a partir do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo, no terreno da luta de classe.

Segundo as teóricas da Teoria da Reprodução Social (TRS), “Contrariamente ao entendimento tradicional, o que produz a classe na sociedade capitalista não são apenas as relações que diretamente exploram a “mão de obra”, mas também as relações que a geram e a repõe” (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 54). Esse lugar do trabalho de reprodução realizado em meio ao campo da educação é uma forma de trabalho de reprodução efetivada sobre a relação de assalariamento. Isto porque o trabalho pago acontece na especificidade de um ambiente escolar, espaço de educação formal, onde o trabalho de reprodução que antes acontecia no âmbito privado – na maioria das vezes realizados como trabalho não-pago – foi transformado em trabalho social assalariado pago.

Nesse sentido, o avanço do projeto político ideológico do neoliberalismo impõe uma crise sobre o trabalho de reprodução social à medida que a destruição de direitos sociais e de políticas públicas repercutem na destruição do trabalho de reprodução social pago. Os cortes nos orçamentos públicos, a efetivação do estado mínimo para os trabalhadores, gera a diminuição do trabalho de reprodução pago, no campo dos direitos sociais, nos serviços públicos, nas políticas públicas, na educação, na saúde, e em outros serviços que estão sendo dizimados cotidianamente (Filho e Morais, 2018).

A crítica da economia política nos oferece mais condições de pensar a totalidade social. Para Marx, a questão da reprodução da força de trabalho era uma condição importante como pressuposto para o capitalismo. Por essa razão, se faz importante resgatar a análise marxiana para entender a ideia do cruzamento entre produção de valor, produção capitalista e reprodução da vida.

A Teoria da Reprodução Social não é só uma teoria feminista, ela é uma renovação teórica, prática e empírica, um modo de interpretar o capitalismo, trazendo consigo a potência de reorientar os debates marxista e feminista, do ponto de vista da teoria unitária⁴ pautada na reprodução social, com ênfase sobre a reprodução da força de trabalho. A Teoria da Reprodução Social nos permite entender que a opressão da mulher é moldada e sustentada no funcionamento da dinâmica dessa relação entre reprodução da vida e produção de valor, essas relações sociais são mediadas pelo Estado no modo de produção capitalista. Pautando-se nesses fundamentos teóricos, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) elaboram uma análise sobre a crise do capitalismo que reflete sobre seus efeitos nefastos na vida social, mas, contraditoriamente, indica suas possibilidades políticas.

A crise não é simplesmente uma época de sofrimento – menos ainda mero impasse na obtenção de lucros. É também, e fundamentalmente, um momento de despertar político e uma oportunidade de transformação social. Em tempos de crise, as massas críticas da população tiram seu apoio a quem detém o poder. Rejeitando a política conservadora, buscam novas idéias, organizações e alianças (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p.47).

Fraser e Sousa Filho⁵ (2016) compreendem que a atual crise da reprodução social faz parte de uma crise mais geral, que tem como uma de suas ramificações a crise do cuidado, a falta de tempo para o cuidado da família e amigos. As mulheres trabalhadoras sofrem cotidianamente diversas pressões e opressões, bem como as diversas crises sistêmicas do capitalismo, destacando a crise cíclica de 2008, e seus impactos na economia, ecologia, política, portanto, uma crise de reprodução social (Saraiva, 2021).

Coerente com a teoria das crises em Marx (2017), a qual denuncia o seu caráter periódico, a crise mundial de 2008 afetou o Brasil, ao originar níveis elevados de inflação, redução da produção industrial, desemprego em larga escala, o que se agrava com a lógica de aberturas do mercado interno para importações, aprofundamento da relação entre Estado e mercado financeiro, como produto do receituário neoliberal. A consolidação da hegemonia neoliberal se manifestou através das contrarreformas como a flexibilização dos direitos trabalhistas, a intensificação das horas extras, o trabalho informal (sem carteira assinada), possibilitando ao capital a ampliação da extração da mais-valia absoluta e relativa⁶ (Filho e Morais, 2018).

Para que o sistema financeiro capitalista seja rentável, é preciso ajustar duas dificuldades na economia política, a “primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços, e a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho” (Harvey, 2014, p.118). Ou seja, para o sistema econômico funcionar é preciso garantir um aumento na produção, o que possibilita gerar mais-valor para o capital.

No Brasil, a década de 1970 foi marcada pela entrada massiva de mulheres trabalhadoras nas indústrias. Nessa nova fase do processo de reestruturação da produção, o aumento da mão de obra feminina, em especial nos “telégrafos e nas telefônicas” (Nogueira, 2004) que demandavam trabalho com rapidez, destreza e obediência. Em outras palavras, apenas as mulheres seriam capazes de

desempenhar esse trabalho, pelas suas características de disciplina, delicadeza e capacidades físicas de fazer coisas rápidas, com agilidade e minuciosas. Nesse contexto, as mulheres foram alocadas não só nos piores postos de assalariamento, como também foram as que tiveram jornadas de trabalho parcializadas e postos de trabalhos rotativos. Segundo Nogueira,

com o desenvolvimento industrial, podemos afirmar que ocorreu uma ênfase no questionamento sobre a transferência da produção da mulher no espaço do lar para a fábrica, mostrando que não houve nenhuma possibilidade de combinação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo (NOGUEIRA, 2004, p. 15).

A efetivação do neoliberalismo nessa fase histórica inclusive tem relação com a incidência de violência contra as mulheres a qual tem se ampliado em comparação com períodos anteriores, não só em quantidade, números alarmantes de violência, mas, também diversificou os espaços de violência contra as mulheres no sentido de que aquela violência clássica entre quatro paredes passa a não ser mais predominantemente. Portanto, não dá para pensar mais uma violência específica contra as mulheres, a violência cotidiana sofrida pelas mulheres também se cruza com outros tipos de violências produzidas pelo neoliberalismo.

Neoliberalismo e a luta das mulheres feministas da Teoria da Reprodução Social

Neste tópico aprofundaremos nossas reflexões a respeito da Teoria da Reprodução Social (Vogel, 2022; Bhattacharya, 2019), buscando travar um diálogo à luz da construção do feminismo crítico, na medida em que TRS busca elaborar uma concepção de feminismo capaz de refletir a respeito das questões de classe, gênero, raça e orientação sexual como indissociáveis. Para tanto procura ir até as raízes das relações de exploração e opressão de gênero presentes no campo da reprodução social. Por essa razão, podemos definir a TRS como o feminismo da reprodução social. Nesse sentido, nossa pretensão teórica é compreender o lugar da TRS na tradição política do nosso tempo. Sobretudo, pensar de que maneira o neoliberalismo estruturou e aprofundou o processo de precarização e intensificação do trabalho que atinge centralmente a classe trabalhadora, em especial as mulheres negras.

Nas décadas de 1960, 1970 e início dos anos 1980, acontece à reabertura do debate sobre o trabalho não-remunerado entre as feministas marxistas⁷. As pesquisadoras marxistas queriam compreender tanto as bases materiais da subordinação das mulheres no capitalismo, como também as derrotas do movimento feminista que se seguiram do declínio das lutas da classe trabalhadora ao redor do mundo. Diante da regeneração do sistema capitalista, mais especificamente a partir das eleições de Ronald Regan e Margaret Thatcher, observamos que essas derrotas para a classe trabalhadora são contínuas, em particular para a esquerda, no final da década de 1979 e início de 1980, instala-se um novo regime de acumulação, o neoliberalismo.

Desses esforços, em 2018, ressurgiu no campo do marxismo, autoras da Teoria da Reprodução Social como Bhattacharya, Vogel, Arruzza, Ferguson, entre outras teóricas marxistas que

tecem um olhar cuidadoso para a história da classe trabalhadora e a lógica do capital, uma análise da história cotidiana do nosso tempo, da produção e reprodução da vida. A importância da luta de classes e a luta contra a opressão às mulheres está relacionada diretamente com a produção e a reprodução social, mas vai além, unificando as lutas do campo econômico com aquelas fora dele. Para a autora feminista marxista Bhattacharya (2019),

A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar. [...] O mais importante é que essa teoria nos ajuda a entender quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo (BHATTACHARYA, 2019, p.104).

Para Marx e Engels⁸ (2007) a reprodução social é a reprodução de toda a sociedade nessa totalidade concreta, mas também pode ter outros significados. A teoria da reprodução social⁹ não é a única teoria que tem essa nomenclatura. A chamada Teoria da Reprodução Social vai interpretar uma forma social e histórica que é o capitalismo. A especificidade da TRS é a análise da reprodução da força de trabalho, porém é importante apontar que a TRS não é só para explicar a opressão de gênero, mas para compreender as interrelações entre classe, raça e gênero como uma ontologia integrativa, elas têm uma ontologia comum no capitalismo.

Importante sistematizar a reprodução social em três dimensões fundamentais, segundo Bhattacharya (2019, p.103), a força de trabalho está “interconectada” em três processos: 1) Atividades que *regeneram* a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem regressar a ele; 2) Atividades que mantêm e regeneram *não-trabalhadores* que estão fora do processo de produção; 3) Reprodução de *trabalhadores frescos*, ou seja, dar à luz. Entendemos que nesse processo o capitalismo se beneficia da reprodução social a partir do momento em que a mulher trabalhadora é obrigada a cumprir tarefas fora do seu local de trabalho, tarefas que reproduzem novos trabalhadores, bem como outros serviços, como a manutenção da casa, cozinhar, o cuidado com crianças e idosos. Nesse sentido, a importância da luta na esfera da reprodução, o lugar em que a mulher

trabalhadora também dorme na sua casa, seus filhos brincam no parque público e frequentam a escola local e, por vezes, ela pede para sua mãe aposentada ajudar na cozinha. Em outras palavras, as principais funções da reprodução da classe trabalhadora têm lugar fora do local de trabalho. Quem melhor compreende esse processo? O capitalismo. É por isso que o capitalismo ataca a produção social ferozmente para ganhar a batalha no âmbito da produção (BHATTACHARYA, 2019, p. 109).

Segundo as autoras Bhattacharya, Arruzza e Fraser que escrevem o manifesto internacionalista Feminismo para os 99%, retrata como o capitalismo dissociou a “produção econômica” e a reprodução social em relação às antigas sociedades.

A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada “econômica” e remunerada com salários em dinheiro, a reprodução foi relegada “à família”, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como “cuidado” em oposição a “trabalho”, realizada por “amor” em oposição ao dinheiro (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019. p. 108-09).

Os baixos salários, cortes nos serviços públicos, como educação, saúde, habitação, transporte público, a falta de assistência social, fazem com que as trabalhadoras assumam a cansativa tarefa do cuidado com a família, ou seja, torna “a totalidade da classe trabalhadora vulnerável e menos capaz de resistir aos seus ataques no local de trabalho” (Bhattacharya, 2019, p. 109-110). Se é verdade que a luta no local de trabalho por melhores salários e mais benefícios para os trabalhadores, só é possível com uma mudança radical da sociedade através da luta de classes. Também é verdade que essas lutas precisam ser unificadas, integradas, tanto na esfera da produção como fora dela. É por isso que nós enquanto revolucionárias marxistas “podemos ser o elo entre a esfera da reprodução – a comunidade onde a escola está sendo fechada, o lar onde a mulher é sujeita a violência – e a esfera da produção, onde lutamos por benefícios e por salários mais altos” (Bhattacharya, 2019, p. 110).

A Teoria da Reprodução Social chama a atenção para os corpos das pessoas trabalhadoras, para as condições da vida material. Portanto, compreender que o capitalismo em si no seu processo de expansão, o capital em seu movimento concreto de centralização, concentração, depende não apenas da forma de opressão econômica, mas também de formas que viabilizam a exploração da força de trabalho contra as relações extraeconômicas, que alavancam a expropriação. A exploração no capitalismo não é uma exploração “neutra”, é uma exploração que é necessariamente diferenciada, portanto, a força de trabalho é explorada de uma forma desigual entre os diferentes corpos nos quais a força de trabalho está materializada (Ruas, 2020).

A violência sofrida pelas mulheres também se cruza com as violências da espoliação que esse sistema neoliberal, enquanto regime de acumulação capitalista produz e determina. Segundo Ferguson (2020)¹⁰, o Estado ao “administrar a reprodução social” colaborou historicamente para a manutenção, da exploração e opressão da classe trabalhadora. No entanto, o Estado vai cumprir um papel fundamental, “a busca do capital por lucros significa que ele deve insistir incansavelmente contra as garantias de vida; deve manter baixos os salários e impostos que entram em questões como escolaridade e assistência médica”. Diante dessas contradições “entre vida e capital que o capital recorre ao Estado para organizar e controlar os processos de reprodução” (Ferguson, 2020, pág. 9-10). O contexto de crise estrutural do capital e do papel coercitivo do Estado com o aprofundamento do autoritarismo e a retirada de direitos sociais da classe trabalhadora nada mais é do que a lógica de reprodução do valor, da produção de mais-valor para o capital.

Vogel (2022) recupera com rigor o olhar feminista-socialista na tradição marxista para explicar as raízes da opressão às mulheres no capitalismo. E para isso ela percorre o debate em que Marx fez, em *O Capital*, para reconstruir a explicação de uma das categorias centrais no livro, a questão da produção e da reprodução da força de trabalho. Segundo Vogel a crítica se faz exatamente no cerne

da questão ao qual Marx não conseguiu chegar, qual seja, “como essa mercadoria especial é, em si, produzida e reproduzida?”, dito de outra forma:

quais são as condições de possibilidade dessa “mercadoria especial”, a força de trabalho, o próprio pivô da economia capitalista? Qual é a natureza dos processos sociais pelos quais a própria força de trabalho é produzida? (VOGEL, 2022, p.67).

Vogel examina o papel da família da classe trabalhadora, entretanto, essa realidade não a leva a argumentar que a base socioeconômica da opressão às mulheres pode ser encontrada exclusivamente nas relações de gênero dentro do lar.

Ainda que a família seja fundamental para a opressão às mulheres na sociedade capitalista, o pivô dessa opressão não é o trabalho doméstico das mulheres para os homens ou para as crianças, por mais opressivo ou alienante que seja. Em vez disso, a opressão se baseia no significado social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que sustenta a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza. [...] Em outras palavras, as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, tampouco por um impulso patriarcal trans-histórico que coloca os homens contra as mulheres (embora tais atitudes, evidentemente, persistam ao longo do tempo e do espaço). As raízes socioeconômicas da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica para produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração (VOGEL, 2022, p. 68-9).

A contribuição de Vogel (2022) inova em relação às análises de gênero nos seguintes aspectos: o primeiro eixo refere-se à relação entre a mulher e o capital, em que a relação de gênero entre mulheres e homens deve ser compreendida historicamente, bem como a validade de um sistema patriarcal em um suposto contexto trans-histórico que seria a base para entender as questões de gênero no ambiente privado. A TRS demarca que as raízes da opressão – sem negar as contradições nos lares da classe trabalhadora –, tem suas bases nas relações socioeconômicas. Outro aspecto relevante é o papel da reprodução social, ao ser atribuído à família da classe trabalhadora, núcleo central do trabalho de reprodução sob o capitalismo, tornando o ambiente familiar o lugar da produção e reprodução da força de trabalho, “dessa mercadoria especial”. Em outras palavras, a opressão de gênero é indissociável da relação estrutural do lar com a reprodução do capital.

O trabalho doméstico é um trabalho estrutural, é um trabalho de estruturação não apenas da reposição diária e geracional da força de trabalho, mas também das classes sociais e de outras formas de materialização das bases do capitalismo que existem nos países onde houve escravidão. Portanto, o argumento de Vogel (2022) não se encaixa numa forma mecanizada, funcionalista como fizeram outras feministas¹¹. Existe uma relação desigual e combinada entre a lógica da produção de valor e a lógica familiar da reprodução, contudo, não é condição para a produção de valor.

O argumento é que as formas de famílias que preexistiram ao capitalismo foram defendidas por pessoas da classe trabalhadora que ansiavam por preservar seus laços de parentesco, e que também foram reforçadas e modificadas por políticas sociais intencionais por parte dos Estados capitalistas [...]. O lar em si já não é um quadro analítico adequado; a unidade doméstica é agora teorizada em relação à

reprodução do capital. Ao mesmo tempo, a especificidade do trabalho no lar é mantida, em vez de ser equivocadamente confundida com processos de trabalho mercantilizado (e, portanto, produtores de valor) (VOGEL, 2022, p. 70).

Ressaltamos a importância de pensar a questão de gênero sem a dissolver no debate da produção capitalista ou na perspectiva da crítica ao capitalismo. O feminismo que desejamos embasar aqui não pode diluir essa opressão na discussão da produção capitalista. Mas, tampouco desejamos cair no erro inverso, que seria reduzir a discussão sobre o capitalismo à questão da opressão.

A teoria da Reprodução Social, segundo Ruas (2020), ressalta que precisamos superar perspectivas que reproduzimos com frequência entre as feministas, ou pelas teóricas do trabalho doméstico, que seria colocar o patriarcado como uma função da exploração de classe, ou, o racismo como algo que o capital faz porque precisa de força de trabalho precarizada, barata. Para Ruas (2020) esse tipo de argumentação é visto como uma concepção funcionalista sobre as opressões. Por um lado, não explica o que é raça, nem mesmo o que é gênero. Por outro lado, reproduz uma mera soma aditiva (Ruas, 2020). Nas palavras de Ruas,

Ao conceituar relações como o racismo (ou o sexismo) como uma totalidade parcial com características únicas, pertencente a um todo social orgânico, McNally (2017) eleva a compreensão das conexões entre as relações de opressão e o modo de produção capitalista a uma concepção muito mais próxima da complexa realidade social. Assim, no lugar de cruzamentos, ou combinações entre sistemas/relações de opressão ou de dominação externas umas às outras – como supõe a teoria da interseccionalidade –, há um processo no qual as partes contêm o todo e o todo contém as partes. Ao mesmo tempo que constituídas e mediadas mutuamente – ou seja, unidas em um único processo vital – as relações de opressão guardam características específicas, particulares, ontologicamente interligadas. Daí o entendimento marxiano de que o capital, no seu processo de se impor enquanto totalidade, unifica as relações sociais sem suprimir as totalidades parciais que o constituem. Isso não implica afirmar que as partes são redutíveis ou funcionais ao todo; implica apenas dizer que há uma unidade, uma lógica subjacente que determina – no sentido de exercer pressões e colocar limites reais sobre – todas as relações parciais que constituem essa totalidade histórica aonde o todo não é externo à suas partes (RUAS, 2020, p. 403).

Neste mesmo sentido, a diferença da TRS destacada por Ruas (2020) em relação às análises de Silvia Federici estão no ponto em que essa defende a relação de opressões de raça existe porque tem uma supremacia racial com uma historicidade própria, a branquitude, e existe uma lógica de sustentação própria, assim como o “patriarcado trans-histórico”, ou, “patriarcado de salário” explica a opressão de gênero, nessa concepção esses “sistemas de opressão” trans-históricos passariam a ter a sua lógica interna determinada por um outro sistema, o modo de produção capitalista; o outro elemento que compõe essa lógica, e a ela seria incorporada o sistema de exploração de classe, essa forma de entender a interrelação entre classe e opressões é uma lógica aditiva, ou seja, é uma forma de tratar as relações sociais como se elas se atravessassem em algum momento. Porém, para a TRS essa análise não explica a ontologia integrativa comum que sobrepõe essas dimensões da vida material e que compõe a totalidade social do capitalismo tal como ele existe concretamente hoje.

Federici (2021) traz contribuições relevantes para a teoria feminista, a autora acredita que bastaria que o trabalho feminino de reprodução da força de trabalho fosse assalariado para que este

fosse valorizado politicamente, as elaborações da autora são influenciadas pelo movimento trabalhista na década de 1970, na Itália, um movimento muito poderoso e efervescente naquele período, do qual Federici fez parte, e cunhou a reivindicação em torno do trabalho não-pago reprodutivo das mulheres na defesa por “Salários para o trabalho doméstico”. Contudo, as autoras da TRS irão discordar veementemente da tese de Federici que a conversão do trabalho doméstico não-pago em trabalho assalariado pago seria a base para superar a opressão e exploração de gênero imposta pela ordem do capital no campo do trabalho de reprodução social.

A Teoria da reprodução social não é uma teoria feminista por si só, ela parte de interpretar o capitalismo e traz o potencial de reorientar o debate marxista, o debate feminista, desde o ponto de vista unitário sobre a reprodução da força de trabalho. Sobretudo, não só a partir da reprodução da força de trabalho, mas de uma perspectiva integrativa, unitária das relações sociais. Nesse sentido, pensar acumulação capitalista como entrelaçamento da expropriação e exploração é uma forma importante que a TRS vai trazer consigo na sua reflexão, surtindo efeitos também no campo educacional, como vamos tratar no próximo tópico.

Crise do Capital e seus efeitos na Educação Pública

A primeira morte registrada no Brasil, ocasionada pelo Sars-Cov-2 (Covid-19) ocorreu no dia 17 de março de 2020, Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica, contraiu o vírus de sua patroa que voltava da Itália para o Rio de Janeiro, a patroa morava no bairro Leblon na zona sul do Rio de Janeiro. A crise social ocasionada pela pandemia da Covid-19 foi avassaladora para a classe trabalhadora, a desigualdade social, a dura realidade vivida pela classe se torna mais evidente em momentos de crise. A pandemia tanto teve efeitos nefastos sobre a saúde dos trabalhadores, em número de contaminados e mortos, quanto teve reflexos sobre suas condições de existência econômicas devido às medidas de isolamento social, meio para a contenção de propagação do vírus, resultando no agravamento das condições de existência da classe trabalhadora, tanto pela redução da renda média quanto pela degradação da vida cotidiana no interior dos bairros periféricos e moradias precárias. Segundo Kliman (2015), a crise econômica de 2007-2008 nos EUA, e que ainda exerce seus efeitos na economia nacional, se intensificou durante a pandemia, em especial para a classe trabalhadora. Isto provocou uma representativa queda dos rendimentos salariais, a imposição do trabalho no formato remoto, a intermitência, o desemprego estrutural, o aumento do custo de vida, entre outros efeitos. O Brasil tem hoje 33 milhões de pessoas que passam fome¹², e mais da metade da população em algum grau de insegurança alimentar¹³.

A dinâmica neoliberal de precarização das políticas públicas na educação, bem como na saúde, segurança, ciência e tecnologia e assistência social vem afetando e afetou ainda mais diretamente a população mais pobre do Brasil durante a pandemia de Covid-19. Os efeitos dessa barbárie social, humanitária e sanitária nos últimos anos se expressam no crescimento do número de pessoas e famílias

em insegurança alimentar. Segundo Gomes (2021), dados do período da pandemia de Covid-19 indicam que os moradores de favelas faziam menos de duas refeições por dia, cerca de 80% das famílias residentes em favelas estavam vivendo com apoio de doações e 70% de moradores e moradoras viviam com restrições alimentares¹⁴. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o valor da cesta básica aumentou em 2022, em relação a dezembro de 2021 nas 17 capitais pesquisadas com destaque para Goiânia (17,98%), Campo Grande (16,03%) e Belo Horizonte (15,06%)¹⁵. A pesquisa aponta ainda para o valor do salário-mínimo que está muito aquém do necessário para manter uma família de quatro pessoas “deveria equivaler a R\$ 6.647,63, ou 5,48 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00” (DIEESE, 2023, p. 1).

A disseminação epidêmica do novo coronavírus¹⁶ atingiu em escala global territórios mais pauperizados e desiguais da sociedade, especialmente no Brasil. Atualmente a Covid-19 levou a óbito mais de 700 mil brasileiros. Em comparação a 2020, no auge da pandemia, o quadro de desemprego era de 12,6% no primeiro trimestre do ano, hoje essa taxa de desemprego caiu para 8,8%. Mesmo com a taxa de desemprego menor do que em 2020, a trágica crise sanitária deixou a classe trabalhadora na mais profunda miséria e precariedade laboral (Mattos, 2020).

A degradação do trabalho em tempos de pandemia exacerbou as fragilidades da classe trabalhadora que teve de enfrentar o transporte coletivo precário quando da reabertura das atividades após o primeiro período de isolamento social, recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Os trabalhadores acabam sendo expostos ao risco de contaminação com a pandemia em curso, mesmo em um contexto de redução de casos, uma vez que nesse momento ainda não havia iniciado e nem existia uma previsão sobre o início da vacinação da população. São trabalhadores e trabalhadoras que colocaram suas vidas em risco todos os dias no auge do surto do novo coronavírus, risco ampliado pela política negacionista colocada em curso pelo governo de bases neofascistas de Jair Bolsonaro, ignorando por completo a declaração da OMS na pandemia, inclusive fazendo campanha política contra as medidas de isolamento social.

A trabalhadora doméstica, Dona Cleonice, mulher, negra, moradora da periferia, apesar de não sabermos a sua escolaridade, ilustra um dentre muitos dos descasos do governo genocida de Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19. Importa ressaltar que os registros de mortes pelo novo coronavírus segundo os estudos organizados pelo Núcleo de Operações e Inteligência e Saúde nos mostram que 55% da população é de pessoas negras, este índice foi maior do que a proporção entre brancos com 38%¹⁷.

Para o ano de 2022, estima-se o número de 9,6 milhões de pessoas, com 15 anos ou mais de idade são analfabetas no Brasil, sendo que 59,4% (5,3 milhões) vivem na região nordeste, dado cruel, frente aos vários que compõem a realidade educacional brasileira (Gomes e Ferreira, 2023). Soma-se a esse dado, o fato de que apenas 53% das pessoas, com 25 anos ou mais, finalizaram a educação básica

obrigatória, ou seja, mais de 46% desse grupo de indivíduos não concluíram seus estudos na educação básica (Gomes e Ferreira, 2023).

Por sua vez, os dados sobre o acesso à educação em nosso país são um importante indicador dos níveis de desigualdades sociais que marca a realidade da classe trabalhadora no Brasil. Segundo Rummert, Algebaile e Ventura (2013), o projeto educativo hegemônico no Brasil, desde meados da década de 1990, busca definir uma educação obrigatória regular internamente ramificada que configura um ingresso por vias formativas diferenciadas voltadas para diferentes frações da classe trabalhadora.

Verifica-se, assim, a manutenção da desigualdade no próprio processo de “democratização” da escola. Ocorrem mudanças nas condições de permanência, de acesso ao conhecimento e de obtenção de certificação, mas elas se dão como um modo particular de produção de uma dualidade de novo tipo, que se expressa, entre outros aspectos, nas distinções entre as redes municipais, estaduais e federal, e, no seu interior, entre os vários modelos e modalidades; nos variados padrões de oferta das redes privadas; na multiplicidade de “oportunidades formativas” que recriam ou instituem trajetórias subordinadas de formação, as quais, em conjunto, ressignificam a marca social da escola, cujo caráter classista é encoberto pelo discurso “inclusivo”. (RUMMERT, ALGEBAILLE e VENTURA, 2013, p.724-725).

Como observamos, o cenário atual da educação no Brasil é tenebroso, as atividades escolares realizadas durante o período da pandemia em que era requerido o isolamento social, indicam a complexidade do processo de reconfiguração do trabalho e da formação, que no seu formato de ensino remoto emergencial, induziu e favoreceu a educação à distância, sob o argumento da inclusão que a emergência do contexto fascista insistia em nos impor. Se antes da pandemia a situação da educação era difícil, durante o governo Bolsonaro (2019-2022) se tornou ainda mais calamitoso. A situação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo, foi de total precarização, sendo o aplicativo WhatsApp, quase a única forma de comunicação não presencial utilizada para a relação pedagógica entre professores e alunos¹⁸.

Em relação à educação pública, em 2019, campo esse em que o Ministério da Educação (MEC) se alinha à perspectiva bolsonarista de “passar a boiada”, cortou R\$5,8 bilhões da educação¹⁹ sendo o maior corte nos recursos das políticas sociais desde 2008, reflexo da Emenda Constitucional nº 95/2016 que congelou os gastos do orçamento público por 20 anos durante o governo de Michel Temer em 2017.

O bloco das contrarreformas como a aprovação da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), as mudanças no ensino médio, o Programa Escola sem Partido, a reforma previdenciária (Emenda Constitucional 103/2019), são desdobramentos de uma política de bases ultraliberal que atua em clara perspectiva de desmonte das políticas públicas, esvaziando o caráter autônomo e democrático das políticas educacionais no Brasil. Cabe destacar que esse desmonte da política do Estado vem se intensificando desde que o governo neofascista de Jair Bolsonaro assumiu a presidência da república.

Nessa perspectiva do desmonte da rede de ensino público, em particular, da rede de ensino federal em todos os seus níveis e dos Institutos Federais de Ensino Superior (Ifes), podemos observar que os empresários da educação nunca lucraram tanto no Brasil. Em 2020, o empresário Jorge Paulo

Lemann comprou mais de 50 escolas da Cogna (Ex-Kroton)²⁰, um dos homens mais ricos do país vem apostando no ramo da educação básica, seguindo a lógica empresarial que hoje dominam grande parte do ensino educacional.

Mesmo com a vitória no Congresso Nacional que promulgou a Emenda Constitucional 108/2020, o chamado novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em vigor desde o ano de 2007, foi ameaçado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deputado federal e aliado de Bolsonaro. Contudo, diante da resistência dos sindicatos e movimentos sociais essa inclusão não passou e foi uma derrota para o governo Bolsonaro.

Deste modo, em tempos de crise do capital e do uso de poder do Estado para aprofundar práticas autoritárias, ocorre a limitação do direito constitucional de liberdade de cátedra que se opõe, em particular, a presença de ideias progressistas na escola. Essas medidas antidemocráticas combinadas a uma política ultraliberal de retirada de direitos sociais da classe trabalhadora promovem a ampliação da taxa de mais-valor, ante a lógica de reprodução ampliada de valor. No marco da produção capitalista, da produção de mais-valor, para a reprodução ampliada do capital, “a única coisa que o capital não pode prescindir é da força de trabalho humana – pois a força de trabalho é a fonte de criação do valor” (Ferguson, 2020, p.9).

Nessa perspectiva é reservado aos setores populares excluídos, trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as, ou que vivem do trabalho terceirizado, ou pela informalidade, a ocupação de vínculos de trabalhos mais precarizados, como o fenômeno da uberização desenhada pela nova morfologia do trabalho (Antunes, 2018).

Breves considerações sobre a crise do trabalho de reprodução social no campo da educação e a teoria da reprodução social

No campo da educação, a especificidade do trabalho docente, em especial o trabalho docente feminino, é possível visualizara divisão sexual do trabalho. De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica publicado de 2023²¹, entre os anos de 2018 e 2022 indica um total de 2.315.616 de docentes no país, o maior percentual atua no Ensino Fundamental (61,1%), desse total 77,5% são mulheres e 22,5% são homens (Brasil, p. 39). Mas é na Educação Infantil que verificamos a maior concentração da força de trabalho feminina no campo da educação, do total de 657 mil docentes, 96,3% são mulheres e 3,7% são homens (Brasil, p.40).

Um trabalho de reprodução efetivado na especificidade da educação escolar, no qual essas atividades educativas são feitas por homens e mulheres, mas que, na maioria das vezes recai sobre os ombros das mulheres, especialmente nas séries iniciais da vida escolar. Esse trabalho de reprodução pago efetivado enquanto trabalho assalariado no âmbito escolar é continuidade do trabalho de criação da nova vida iniciado no lar, enquanto trabalho não-pago. Esse trabalho educativo é parte do trabalho

de reprodução da vida no sentido mais avançado, pois ele ajuda um novo ser a incorporar os conhecimentos sistematizados, conhecimentos científicos sistematizados pelo ambiente escolar. Segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 52) é o trabalho necessário para esse “amplo corpo de atividade vital de reprodução social” consiga criar e garantir essa nova existência sobre uma nova forma, com conteúdo e conhecimento específicos, normas e valores que a escola produz associados à especificidade do tipo de conhecimento que esse período histórico em que vivemos exige que a escola produza para as novas gerações.

Em 2020, contexto de neofascismo no Brasil e confinamento por conta da pandemia, foi possível verificar o aprofundamento do trabalho doméstico entre as mulheres que estavam em *home office* ou trabalho remoto. Observamos, portanto, que o tempo de trabalho aprofunda a exploração e opressão neste espaço, destacando as raízes socioeconômicas da opressão às mulheres e a relação estrutural do lar com a reprodução do capital, no qual sobre a crise profunda do capital amplia os patamares da atividade do trabalho de reprodução social. Segundo o levantamento divulgado pelo IBGE²², os homens dedicaram em média 11 horas por semana aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas. Enquanto para as mulheres o tempo dedicado a essas tarefas foi cerca de 21 horas por semana.

Importa destacar, inclusive, que o trabalho reprodutivo é, nesse sentido, um trabalho de controle dos corpos femininos, ou seja, ele tem uma materialidade corporal, ele tem uma corporeidade.

Além disso, a escolha reprodutiva não pode ser só o controle dos nossos ovários. É o controle sobre nossas vidas: sobre se e quando ter filho, quantos filhos ter, ter tempo de cuidar deles, ter escolas públicas para eles, que eles e seus pais não estejam por trás das grades e, o que é mais importante, ter um salário decente para poder tomar decisões sobre todas essas coisas (BHATTACHARYA, 2019, p.111).

A intensificação do trabalho doméstico em tempos de pandemia tornou-se, portanto, visível e imprescindível para o funcionamento da reprodução da força de trabalho nas sociedades capitalistas. Fraser e Sousa Filho (2016, p.264) elucida que “a atividade socioreprodutiva não remunerada é necessária para a existência do trabalho remunerado, para a acumulação de mais-valor e para o funcionamento do capitalismo”.

O recente estudo organizado pelo DIEESE (2022) demonstra que no Brasil, em 2021, 55,5% das mulheres estão desempregadas, dentre essas 5,7% estão em situação de total desalento²³. A situação piora quando nos referimos às mulheres trabalhadoras negras, 9,3% das trabalhadoras subocupadas²⁴, em relação às não negras a taxa foi de 6,1%. Outro dado relevante diz respeito à remuneração das mulheres trabalhadoras, ainda segundo os estudos do DIEESE (2023), as mulheres ganham 21% menos que os homens²⁵ em todas as ocupações, “o equivalente a R\$ 2.305 para elas e a R\$ 2.909 para eles” (DIEESE, 2023). Entre os professores do ensino fundamental, as mulheres recebiam 9,5% menos que os homens. Outro agravante que importa registrar é a violência contra a mulher que cresceu no Brasil em consequência do isolamento social. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo,

mais de 250 mulheres foram vítimas de violência por dia em 2020²⁶, sendo 73 mil mulheres vítimas de violência em todo o Brasil (Silva, 2021).

A crise do neoliberalismo no campo da reprodução social é a destruição do trabalho de reprodução na esfera assalariada. Isso se materializa da seguinte forma, com a falta de creches públicas, escolas, postos de saúde, maternidades, hospitais, entre outros serviços dos direitos sociais. O que chamamos de trabalho educativo é o trabalho de reprodução no campo da educação e esse trabalho se dá tanto na forma não assalariado, como na forma do trabalho assalariado, portanto, na educação formal ele se dá na forma do trabalho assalariado.

Essa primeira atividade que é feita no ambiente familiar, no lar, o trabalho de cuidado, ela é feita por maioria de mulheres²⁷. O trabalho feminino de criar valores, conhecimento, as práticas sociais, é mais conhecido no senso comum como “educar os filhos”, “educar as crianças”, ou seja, preparar as crianças para estar no mundo. O que seria preparar as crianças para estar no mundo? Podemos compreender como conhecer os valores, as formas de comportamento, os símbolos e ações que são condizentes com esse mundo que nós vivemos, esse é o trabalho educativo não pago. Seguindo essa análise, as autoras da TRS complementam:

historicamente, as sociedades capitalistas tentaram alistar o trabalho de reprodução social das mulheres a serviço do binarismo de gênero e da heteronormatividade. Encorajaram mães, professoras e médicas, entre outras, a garantir que as crianças fossem rigidamente conformadas como meninas-cis e meninos-cis e como heterossexuais. Portanto, os Estados modernos com frequência tentaram instrumentalizar o trabalho de produção de pessoas para projetos nacionais e imperiais. Incentivavam os nascimentos do tipo “certo” enquanto desencorajavam aquele do tipo “errado”, desenharam políticas de educação e família para produzir não apenas ‘pessoas’, mas (por exemplo) “alemães”, “italianos” ou “estadunidenses”, que podem ser convocados a se sacrificar pela nação quando necessário. Enfim, o atributo classista da reprodução social é fundamental. O esperado de mães e escolas da classe trabalhadora era preparar as crianças para viverem como “trabalhadoras e trabalhadores” perfeitos: obedientes, deferentes para com chefes, preparados para aceitar “seu posto” e tolerar a exploração (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 54-5).

Tal tema tem grande repercussão durante a pandemia na vida dos trabalhadores em consequência do isolamento social, principalmente para as mulheres, já que as condições de trabalho e a vida fora dele é ainda mais degradada pelo cotidiano. Entendemos que nessa dinâmica o capitalismo se beneficia da reprodução social a partir do momento em que a mulher trabalhadora é obrigada a cumprir tarefas fora do seu local de trabalho. Portanto, pensar a crise do trabalho de reprodução social na particularidade do trabalho feminino na educação, em especial na educação básica, a partir das múltiplas relações de opressões, como gênero, raça e classe no capitalismo, se torna urgente.

Considerações finais

O presente artigo procurou contribuir com as elaborações em torno da Teoria da Reprodução Social (TRS), colaborando com o debate feminista e as reflexões teóricas do movimento da classe trabalhadora. Nossa análise evidencia a relação entre a crise do neoliberal e a crise do trabalho

de reprodução social no campo da educação, pautando a destruição do trabalho reprodução pago e a sua crescente substituição por trabalho não-pago, a partir da diminuição das políticas públicas no campo da assistência bem como de direitos sociais, nas políticas públicas.

Nossa análise corrobora com as reflexões de Bhattacharya a respeito dos efeitos da “crise neoliberal em particular, o gênero está sendo usado como arma da luta de classes pelo capital”, uma vez que os graves ataques aos direitos sociais “são todos resultados das várias tentativas do capitalismo de resolver a crise econômica com ataques às vidas da classe trabalhadora tanto no trabalho quanto no lar.” (Bhattacharya, 2019, p. 111). Desta forma, observamos que a redução dos serviços sociais públicos e seu impacto no trabalho de reprodução social exerce por sua vez um efeito nefasto sobre a vida das mulheres trabalhadoras, em sua ampla maioria mulheres negras que vivem nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Por fim, os efeitos das políticas neoliberais conduzidas por um presidente de extrema direita de bases neofascistas, e que teve na educação pública um dos principais alvos de seu projeto ultraliberal e conservador teve reflexos diretos sobre o trabalho feminino das trabalhadoras da educação, ampliando os efeitos da crise do trabalho de reprodução social no Brasil. Sobretudo, quando verificamos como o projeto político e ideológico neoliberal estruturou e aprofundou o processo de precarização e intensificação do trabalho que atinge centralmente a classe trabalhadora, principalmente para as mulheres trabalhadoras.

Nesse sentido, nosso estudo se propõe a apresentar a partir da TRS, um esforço de renovação teórica e prática de análise do fenômeno da educação, o examinando a partir do olhar da dinâmica do trabalho de reprodução social. Pensando o trabalho educativo como parte da reprodução dessa nova força de trabalho recriada pautando a formação de subjetividades historicamente determinadas associada a condição de classe pautando as necessidades de reprodução ampliada do capital, evidenciando a dinâmica de reprodução social sustentada do ponto de vista lógico da reprodução de mais-valor, impondo um modelo de manutenção, criação e recriação da vida dos trabalhadores sobre situações de classe.

Mas a Teoria da reprodução social retoma essa tarefa de pensar e agir em termos de uma universalidade insurgente das experiências de lutas feministas e racializadas no mundo, uma alternativa viável de construção da subjetividade da classe trabalhadora nos territórios no qual se dão as resistências coletivas dessas mulheres da classe trabalhadora, inclusive as lutas pelo direito à educação e por melhores condições de trabalho nas escolas públicas brasileiras.

Referências:

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T., FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, T. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista Outubro, n. 32, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas de Estudos Socioeconômicos. **Em 2022, preço da cesta básica aumenta em todas as 17 capitais pesquisadas**. 2023. Acesso em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf> Acesso em: 12 set. 2023.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. volume 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERGUSON, S. **Entrevista com Sue Ferguson: Mulheres, trabalho e o “confronto direto com o poder capitalista”**. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/20/entrevista-com-sue-ferguson-mulheres-trabalho-e-o-confronto-direto-com-o-poder-capitalista/>. Acesso em: 20 dez 2023.

FILHO, A. S. e MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRASER, N.; SOUSA FILHO, J. I. R. de. **Contradições entre capital e cuidado**. Princípios: Revista de Filosofia (UFRN), [S. l.], v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 21 dez. 2023.

GOMES, I. FERREIRA, Igor. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua o mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. Jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 18 dez. 2023.

GOMES, R. **Fome na pandemia: moradores de favelas já fazem menos de duas refeições por dia**. Rede Brasil atual. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/fome-na-pandemia-moradores-de-favelas-ja-fazem-menos-de-duas-refeicoes-por-dia>. Acesso em 20 dez 2023.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, 25ª edição, 2014.

KLIMAN, A. **A Grande Recessão e a Teoria da crise de Marx**. 2015. Artigo publicado originalmente no American Journal of Economics and Sociology, v. 2, n. 74, mar. 2015. Tradução de Patrick Galba de Paula. Disponível: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/11/3_Andrew-Kliman.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofacismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

NICODEMOS, A.; SANTOS, E. J. S. **Educação de Jovens e Adultos em Contexto Pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares**. Currículo sem Fronteiras, p. 871-892, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/nicodemos-serra.pdf>.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. [S. l.]: Autores Associados, 2004.

RUAS, R. S. **Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas**. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2020, p.379-415. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/vWvRLYxpS7r4hgYqs7xNFSt/>. Acesso em 01 set. 2023.

RUMMERT, S. M.; ALGEBAILLE, E.; VENTURA, J. P. **Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 717-738, jul./set. 2013.

SARAIVA, C. G. **A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da Teoria da Reprodução Social**. 2021. 115 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, V.R. **Mais de 250 mulheres foram vítimas de violência por dia durante a pandemia no Rio de Janeiro em 2020**. Revista Gênero e Número. 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/violencia-mulher-rj/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

THOMPSON, E.P. **Algumas observações sobre classe e "Falsa consciência"**. In: NEGRI, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). E.P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: Campinas, SP, Ed. UNICAMP, 2012.

UOL. **Lemann aumenta aposta em educação e grupo Eleva se torna um dos maiores do mundo em ensino básico**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2021/02/26/leemann-faz-grande-aposta-em-educacao.htm>. Acesso em: 01 ago. 2023.

VOGEL, L. **Marxismo e a Opressão às Mulheres: Rumo a uma teoria unitária**. 1. Ed. – São Paulo, 2022.

Notas

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social, Universidade Federal do Espírito Santo. Link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2702905066701326>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2454-4603>. E-mail: daniellesampaio@id.uff.br.

²Doutor em Educação (UFC). Professor da Universidade Regional do Cariri - Departamento de Educação Física. Pesquisado do Grupo Pesquisa em Educação física, Esporte e Lazer (GPEEL): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/352250>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8058515708929629>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2089-6698>. E-mail: jose.pereira@urca.br.

³Segundo Mattos (2020) o neofascismo tem relações de proximidade e distanciamento com o fascismo clássico, o autor destaca que o atual fenômeno do neofacismo propaga discursos racistas, autoritários, a prevalência da defesa da pátria e a nação acima de todos, a “repressão da liberdade”, propaga falsas notícias que pairam “em outros corpos, especialmente naqueles de intelectuais, educadores e ativistas sociais comprometidos com a socialização do conhecimento e o combate às opressões” (Mattos, 2020, p. 80).

⁴Vogel (2022) é uma feminista marxista, ela é uma das responsáveis por nos apresentar a teoria unitária, alicerces da Teoria da Reprodução Social (TRS), e aqui pretendemos trazer alguns elementos para o debate.

⁵Apesar de entender que há inexistência de consenso entre as estudiosas da TRS sobre a classificação de Nancy Fraser como uma das teóricas da TRS ou apenas uma interlocutora privilegiada, aqui tomamos as contribuições teóricas da referida autora como pertinente em nossas análises sobre as questões de gênero a partir do referencial marxista da TRS.

⁶Sobre esses dois aspectos a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa ver Marx, Livro I, O Capital, 2017.

⁷Especialmente nas décadas de 60, 70 e 80, surgiram muitas produções, debates e polêmicas que permeassem até os dias atuais o debate sobre o trabalho doméstico. Contudo, não é a nossa pretensão aprofundar essa discussão neste artigo, mas, apontar em linhas gerais o olhar das feministas marxistas da TRS e a outras dimensões do feminismo da reprodução social.

⁸“A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na produção, aparece desde como uma relação dupla - de um lado, como produção natural, de outro como relação social -, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições o modo e a finalidade” (Marx e Engels, 2007, p. 34).

⁹Importante ressaltar que são breves considerações acerca da reprodução social, o debate é complexo e abarca diversas outras autoras e aqui não vamos dar conta de apresentar. Contudo, ressaltamos a importância de resgatar as obras e produções teóricas entre consagradas autoras feministas marxistas transnacionais do nosso tempo. O texto inicial o qual vamos nos debruçar é da Tithi Bhattacharya, O que é a Teoria da reprodução social: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Outros textos se encontram na bibliografia.

¹⁰Entrevista com Sue Ferguson: Mulheres, Trabalho e o confronto direto com o poder capitalista. <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/20/entrevista-com-sue-ferguson-mulheres-trabalho-e-o-confronto-direto-com-o-poder-capitalista/>.

¹¹Não vamos dar conta de apresentar esse debate extenso e complexo sobre as outras vertentes entre as feministas. Ver Arruzza (2019), Vogel (2022), Bhattacharya (2020), Ferguson (2016), entre outras.

¹² Dados atualizados do DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2022/boletimconjuntura34.html>.

¹³ Matéria da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar). Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>.

¹⁴ A pesquisa mostra as estimativas do agravamento da fome durante a pandemia nas favelas brasileiras. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/fome-na-pandemia-moradores-de-favelas-ja-fazem-menos-de-duas-refeicoes-por-dia>.

¹⁵ A pesquisa completa do DIEESE encontra-se no link: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>.

¹⁶ Dados atualizados no site do Ministério da Saúde: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Ver outros dados disponíveis, “A população desocupada (8,6 milhões) caiu nas duas comparações: -8,3% (menos 785 mil) frente ao trimestre anterior e -14,2% (menos 1,4 milhão) no ano”.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37481-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-8-0-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-17-8-no-trimestre-encerrado-em-junho#:~:text=A%20taxa%20composta%20de%20subutiliza%C3%A7%C3%A3o,17%2C7%25%20no%20ano.>

¹⁷ Ver a matéria completa: <https://www.epsiv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>.

¹⁸ A condição de classe trabalhadora dos educandos da EJA tornou a modalidade mais vulnerável aos efeitos da pandemia de Covid-19, a maioria dos discentes não ficou de quarentena porque o desemprego e a desigualdade tornaram o isolamento social um privilégio; bem como, porque grande parte dos jovens e adultos da EJA não possui conexão de internet com banda larga para uma interação síncrona. Análises sobre a situação da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores durante a pandemia podem ser encontradas em: Nicodemos e Santos (2020), Fernandes e Alvarenga (2021), Laffin, Machado e Martins (2021).

¹⁹ Segundo matéria do ANDES “Orçamento da Educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões”. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1>.

²⁰ UOL. Lemann aumenta aposta em educação e o grupo Eleva se torna um dos maiores do mundo em ensino básico. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/02/26/lemann-faz-grande-aposta-em-educacao.htm>.

²¹ Tais dados foram produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP) através dos dados do Censo Escolar da Educação Básica, entre os anos de 2018 e 2022. Segue o link: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf.

²² É possível encontrar uma diversidade de matérias, estudos científicos sobre as desigualdades de gênero no período do governo Bolsonaro. Link: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=formas%20de%20trabalho-.Em%202022%2C%20mulheres%20dedicaram%209%2C6%20horas%20por%20semana%20a,ou%20ao%20cuidado%20de%20pessoas](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=formas%20de%20trabalho-.Em%202022%2C%20mulheres%20dedicaram%209%2C6%20horas%20por%20semana%20a,ou%20ao%20cuidado%20de%20pessoas.). Ver matéria no G1: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/03/05/mulheres-dedicam-media-de-9-horas-a-mais-do-que-homens-a-tarefas-domesticas-no-ac-diz-ibge.ghtml>. Revista Gênero e número <https://www.generonumero.media/pandemia-dificuldades-pesquisadoras-negras-maes/>.

²³ DIEESE: pessoas que querem trabalhar estão disponíveis para o mercado de trabalho, mas não procuram trabalho por achar que não vão encontrar ou ainda por não terem experiência ou serem muito jovens.

²⁴ DIEESE: pessoas que trabalharam menos de 40 horas, mas gostariam de trabalhar por mais tempo.

²⁵ Matéria completa no site do DIEESE: As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. Ver: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.pdf>. Outras matérias: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>. Acesso em 12 set 2023.

²⁶ Ver matéria completa Gênero e Número: <https://www.generonumero.media/reportagens/violencia-mulher-ri/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

²⁷ Segundo dados do IBGE, em 2019, as mulheres realizaram 10,6 horas a mais do que os homens aos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas. Assim como 92,1% das mulheres com 14 anos ou mais realizaram afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas em 2022, enquanto apenas 80,8% dos homens desse grupo etário estavam envolvidos nessas atividades. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=formas%20de%20trabalho-.Em%202022%2C%20mulheres%20dedicaram%209%2C6%20horas%20por%20semana%20a,ou%20ao%20cuidado%20de%20pessoas>. Acesso em: 18 dez 2023.

Recebido em: 04 de out. 2023

Aprovado em: 26 de dez. 2023